

## NOTAS E INFORMAÇÕES

## Inquérito infinito



**Só incompetência ou caprichos justificam a nona prorrogação do inquérito das 'milícias digitais'**

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), acolheu pedido da Polícia Federal (PF) e prorrogou por mais 90 dias o Inquérito 4874, que investiga a ação das chama-

das "milícias digitais antidemocráticas". É a nona vez que o inquérito, instaurado em julho de 2021, é prorrogado pelo ministro relator. E nada indica que terá sido a última.

Não é possível dizer se, de fato, havia razões para mais essa concessão de prazo para a investigação. O inquérito é sigiloso e a PF apenas indicou a necessidade de mais tempo para cumprir "diligências ainda pendentes", sem apontar quais caminhos o inquérito ainda teria de percorrer até a conclusão, passados dois anos e meio desde a abertura.

A essa altura, porém, é perfeitamente possível afirmar que, das duas, uma: ou o STF e a PF estão lidando com uma das mais engenhosas e tentaculares organizações criminosas de que já se teve notícia no País, ou os incumbidos da investigação têm de ser um tanto mais competentes para colher provas contra os suspeitos e desbaratar as "milícias digitais". Seja como for, o inquérito há de ter um fim. Inquéritos infundáveis não se coadunam com um Estado Democrático de Direito.

Não é por outra razão que o princípio da razoável duração do processo se insere no rol dos direitos e garantias fundamentais. Lá ele está – no art. 5.º, LXXVIII, da Constituição – para assegurar que nenhum cidadão brasileiro tem de conviver com a espada do Estado pairando sobre sua cabeça por prazo indeterminado. Figurar como mero investigado em um inquérito criminal, por si só, já produz sérias conse-

quências na vida de qualquer indivíduo, a começar pela estigmatização.

Os inquéritos que tramitam no STF desde quando Jair Bolsonaro lançou suas garras contra a democracia brasileira – não só o referido inquérito sobre as "milícias digitais", mas também o inquérito que investiga a disseminação de fake news e ameaças contra membros da Corte na internet – foram determinantes para resguardar as liberdades democráticas. As ameaças, no entanto, foram dissipadas – e graças, inclusive, à firme disposição do STF para fazer valer a Constituição sobre os ataques dos que se revelaram seus piores inimigos desde a redemocratização do País.

Os tempos são outros. Respira-se um ar mais leve no País. Não há no horizonte, próximo ou longínquo, nada que remotamente represente uma ameaça à democracia que justifique esse sobrestamento de normas básicas do ordenamento jurídico brasileiro. Esses inquéritos precisam ser concluídos, em primeiro lugar, por imperativos constitucionais e democráticos. Mas também para que o próprio STF retome o curso normal de sua atuação no regime republicano e, assim procedendo, resgate a confiança da parcela da população que enxerga a Corte como um tribunal político.

Se a PF já tem indícios de autoria e materialidade para encaminhar o caso das "milícias digitais" ao Ministério Público, que o faça já. Se não, que o STF arquive o tal inquérito. ●

## Justiça Eleitoral

## Lula poderá indicar juiz que vai julgar Moro no TRE-PR

**Caberá ao presidente escolher substituto do advogado Thiago Paiva dos Santos, que deixou a Corte como integrante efetivo na segunda-feira**

PEPITA ORTEGA

Com a retomada das atividades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e a possibilidade de julgamento das ações que pedem a cassação do senador Sérgio Moro (União Brasil-PR) por abuso de poder econômico na campanha de 2022, a Corte registra movimentações importantes ligadas ao processo do ex-juiz. O tribunal se prepara para mudar sua composição, o que depende de uma escolha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Além disso, um dos advogados da banca que representa Moro deixou a defesa do senador.

Anteontem, Thiago Paiva dos Santos, que integra o TRE-PR desde dezembro de 2019, participou de sua última sessão como membro efetivo do tribunal. O substituto precisa ser indicado por Lula a partir de uma lista tríplice já montada pela Corte e enviada para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Compõem a lista Roberto Aurichio Junior, José Rodrigo Sade e Graciana Aparecida do Valle Lemos. Não há data para que a indicação ocorra.

A defesa de Moro na Justiça Eleitoral sofreu também uma baixa. Na última sexta-feira, o advogado Rodrigo Gaião dei-

xou os casos que tramitam no TRE do Paraná. Assim, Moro segue com o advogado Gustavo Guedes, responsável por manifestações em audiências de processos que envolvem o senador. Moro disse a interlocutores que Guedes é, de fato, seu defensor e que Gaião nunca atuou em seu processo. Os dois profissionais mantinham uma parceria societária.

**PAUTA.** Os processos contra Moro que, em breve, devem entrar na pauta do TRE paranaense foram movidos pelo PL e pelo PT e podem resultar na cassação do mandato do ex-juiz da Lava Jato. Em dezembro, o senador prestou depoimento sobre as acusações de abuso

campanha de Moro foi "irregular" e causou o "desequilíbrio eleitoral" desde o momento em que ele divulgou sua filiação ao Podemos e a pré-candidatura ao cargo de presidente da República até ele ser eleito pelo União Brasil ao Senado.

"Os investigados orquestraram conjunto de ações para usufruir de estrutura e exposição de pré-campanha presidencial para, num segundo momento, migrar para uma disputa de menor visibilidade, menor circunscrição e teto de gastos 20 vezes menor, carregando consigo todas as vantagens e benefícios acumulados indevidamente, ferindo a igualdade de condições entre os concorrentes ao cargo de senador", sustenta o partido.

Já o PT aponta indícios de que Moro usou recursos do Fundo Partidário e do fundo eleitoral, além de outras movimentações financeiras suspeitas, "para construção e projeção de sua imagem enquanto pré-candidato, independentemente do cargo em disputa".

**CORREGEDOR.** Em outra frente, o senador também está na mira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O órgão vai investigar se Moro usou a magistratura com fins político-partidários e se cometeu irregularidades na gestão das multas dos acordos de delação e leniência homologados na Operação Lava Jato. ●

## Leniência

## Gonet prepara recurso contra ato de Toffoli que suspendeu multa da J&amp;F

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, pretende recorrer da decisão do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu a multa de R\$ 10,3 bilhões do acordo de leniência do grupo J&F. O *Estadão* apurou que o chefe do Ministério Público Federal estuda e analisa, junto de sua equipe, quais seriam os termos da contestação a ser remetida à Corte.

A decisão que a PGR tem a intenção de questionar foi assinada por Toffoli em dezembro, a pedido da J&F. Na ocasião, o ministro do STF ainda deu autorização para que a empresa negociasse com a Controladoria-Geral da União (CGU) a "reavaliação" dos anexos do acordo de leniência.

O pacto foi assinado em 2017. O grupo se comprometeu a pagar R\$ 10,3 bilhões ao longo de 25 anos para encerrar investigações das operações Greenfield, Sepsis, Cui Bono, Bullish e Carne Praca, que colocam a J&F sob suspeita de ilícitos. Segundo os advogados da empresa, o valor do acordo de leniência já foi repactuado para R\$ 3,5 bilhões.

Ao Supremo, o grupo pediu a suspensão de "todas as obrigações pecuniárias" decorrentes do acordo enquanto estuda os arquivos da Operação Spoofting – investigação sobre os hackers que acionaram diálogos do ex-juiz e atual senador Sérgio Moro (União Brasil-PR) e dos procuradores da Lava Jato. A J&F pretende pedir a revisão do acordo fechado com o Ministério Público Fede-

ral na esteira das investigações da Lava Jato.

**'DÚVIDA'.** Na avaliação de Toffoli, havia "dúvida razoável" sobre a regularidade do acordo de leniência. "Deve-se oferecer condições à requerente para que avalie, diante dos elementos disponíveis coletados na Operação Spoofting, se de fato foram praticadas ilegalidades envolvendo, por exemplo, a atuação de outros procuradores que não os naturais nos casos relatados, bem como se houve ou não conflito de interesses na atuação dos referidos membros do Parquet para determinar a alienação seletiva de bens e empresas, bem como o valor da multa a ser suportada pela requerente", escreveu o ministro.

**Termos**  
**Procurador-geral da República estuda quais os termos da contestação a ser remetida ao STF**

A decisão sobre a J&F não é a única tomada por Toffoli com relação aos principais acordos de leniência fechados na esteira da Lava Jato. O ministro também anulou todas as provas do acordo de leniência da Odebrecht e mandou a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Procuradoria-Geral da República apurarem responsabilidades por "conluio e parcialidade" de agentes da extinta operação. ● P.D. E FAUSTO MACEDO